

Parecer nº 137/99

Data: 1999.09.09

Processo nº 669

Requerente: IFILP – Instituto de Formação e Investigação.

Requerido: Ministério da Educação – Direcção-Geral do Ensino Superior.

1. O IFILP – Instituto de Formação e Investigação da Língua Portuguesa, pessoa colectiva identificada no processo, apresenta queixa perante a CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, no que essencialmente compete a esta Comissão apreciar, pelo não acesso a documentos solicitados à Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES).
2. Ao tempo, 27 de Julho de 1999, o IFILP, invocou o nº 4, do artigo 15º e nº 1, do artigo 16º, ambos da Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), por alegado indeferimento tácito e quanto ao prazo de reclamação, respectivamente, posto que quanto a nós tenha existido recusa expressa quanto aos documentos solicitados, parcialmente quanto ao pedido, “decisão limitadora do exercício do direito de acesso”, conforme prevê actualmente o nº 1 do artigo 16º, que igualmente define o prazo de queixa, no caso justificada, que deverá ser objecto de apreciação pela CADA.
3. Nos termos da queixa do JFILP, que as respostas da Direcção-Geral do Ensino Superior confirmam ou justificam (cf. doc. nº 2 e 4, apresentados pelo queixoso), constata-se da efectiva existência de documentos designados normas (várias) uniformizadoras de critérios de classificação de provas que o júri respectivo “... estabeleceu para exclusivo uso interno” (sic), razão porque não se determinou o seu acesso (doc. 2 do processo).

Tal posição tem ainda por base a Informação nº 16GJ/99, do Gabinete Jurídico daquela Direcção-Geral (doc. 4, do processo) onde se refere que “A Direcção-Geral

do Ensino Superior não tem competência para aferir do cumprimento da legislação quanto à matéria em apreço, tal sendo da competência do júri Nacional que embora nomeado por despacho do Ministério da Educação sob proposta do Director-Geral do Ensino Superior, não está submetido a qualquer relação hierárquica” (sic), aspecto que não tem que ver com a parte do pedido (mas terá influenciado a resposta), onde é solicitada a reprodução das normas uniformizadoras de critérios de classificação de provas, e demais documentos solicitados em 99/05/21.

4. Ora, no âmbito do princípio geral da “Administração Aberta” tem de se compreender, como regra geral, o acesso, só contrariado por regras que especificamente lhe imponham limitações.

Este princípio consagrado no nº 2 do artigo 268º da Constituição da República Portuguesa determina que “Os cidadãos têm ... o direito de acesso aos arquivos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas”.

O direito de acesso, a que se reporta aquele dispositivo constitucional, encontra-se regulado na Lei nº 65/93, de 26 de Agosto – LADA, com as alterações da Lei nº 8/95, de 29 de Março e, mais recentemente, da Lei nº 94/99, de 16 de Julho, em vigor desde 1 de Agosto.

5. O regime jurídico de acesso, citado, tem como objectivo fundamental assegurar a transparência da Administração, sobretudo nas situações em que os interessados não disponham ou não existam outros meios de aceder à informação por ela detida, sendo o universo a ter em conta, ressalvadas as devidas excepções, o descrito no âmbito do artigo 3º, particularmente, no nº 1, reportando-se aos documentos que “tem origem ou são detidos por órgãos do Estado e das Regiões Autónomas que exerçam funções administrativas ...”.
6. O queixoso pretende aceder a documentos detidos pela Direcção-Geral do Ensino Superior cuja qualidade, apesar da finalidade referida de “exclusivo uso interno”,

não pode incluir-se em qualquer reserva contra o acesso, desde que existam e constituam uma forma de uso ou de aferição das provas a que se reportam.

O que está em causa, aqui, não são resultados (pelo menos quanto ao pedido na parte documental) ou elementos de avaliação que se refiram a pessoa ou pessoas em concreto e que, de algum modo, admitissem reserva de acesso nos termos da lei, mas apenas documentos de trabalho “normas uniformizadoras de critérios de classificação de provas”, em garantia de necessária imparcialidade, que esclareçam acerca do procedimento do respectivo júri nas diversas situações em que teve de decidir, e, portanto, não as decisões concretamente tomadas, documentos que, por isso, não podem ser secretos ou indisponibilizáveis de forma a coartar o interesse dos cidadãos.

7. Assim, considerando o princípio do direito de acesso aos registos e arquivos administrativos quanto aos documentos em posse da Administração, não se pode invocar a incompetência da Direcção-Geral do Ensino Superior em favor do júri Nacional, se os documentos solicitados são detidos por aquele departamento do Estado.
8. A consagração do livre acesso à documentação administrativa que a Lei nº 65/93, LADA, com as suas alterações, regulamenta, dá corpo ao princípio do livre acesso à documentação daquela natureza, particularmente no nº 1 do artigo 7º, direito que “compreende não só o direito de obter a sua reprodução, bem como ... de ser informado sobre a sua existência e conteúdo (nº 2 do mesmo artigo).

A Lei define no artigo 4º, o que são documentos administrativos alínea *a*) do nº 1 e bem assim o que são documentos nominativos e ou dados pessoais (alínea *b*) e *c*) , sendo fácil, entendemos, aperceber-se que os documentos em causa não detêm as características das descritas nestas duas alíneas do artigo 4º.

Em conclusão:

O queixoso pretende aceder a determinados documentos:

Tais documentos são as normas uniformizadoras dos critérios de classificação de provas por um júri, de cuja existência foi informado e outros tais como, “circulares, ofícios, ordens de serviço, despachos normativos internos, instruções e orientações de interpretação legal ou de enquadramento da actividade ou outras de informação relacionadas com a avaliação das provas”.

Os mesmos documentos, pelo que decorre do disposto na alínea a) do artigo 4º, da Lei nº 65/93, LADA, têm natureza administrativa e, não podendo ter carácter reservado ou secreto e sendo detidos pela Administração, são acessíveis, quanto aos existentes, nos termos já referidos nos nº 1 e 2, do artigo 7º da mesma Lei, na sua versão actualizada.

Nestes termos, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos – CADA, considerando as suas competências expressas na alínea a) do artigo 20º da LADA e artigo 2º do seu Regulamento Interno, delibera considerar justificada a queixa do IFILP, portanto com direito a aceder à documentação referenciada, na parte existente, nos termos pedidos ou por qualquer umas das formas previstas e possíveis no artigo 12º da mesma Lei.

Transmita-se o presente parecer às duas entidades em causa.

Lisboa, 9 de Setembro de 1999.

Francisco de Brito (Relator) – Silva Marques – Narana Coissoró – João Figueiredo – Vasco Almeida – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)